



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

(PAPEL TIMBRADO)

**ANEXO I**

**TERMO DE CREDENCIAMENTO**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Ao,

Sr. Pregoeiro e equipe de apoio

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI - AP

Passarela José Simeão de Souza, 4591, bairro da Prainha, Vitória do Jari – AP.

Cep.: 68.924-000

**Ref.: Pregão Presencial SRP N.º 12/2019-CPLCSO/PMVJ**

Prezado Senhores:

\_\_\_\_\_(nome da empresa)\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo seu \_\_\_\_ (cargo na empresa) \_\_\_\_\_, Sr. \_\_\_\_ (nome) \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_, emitida pela \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, em atendimento ao disposto no edital de pregão acima especificado, vem perante V.S., credenciar o Sr. \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_, emitida pela \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, como representante qualificado a participar de todos os atos relativos à referida licitação inclusive com poderes expressos para apresentar ou desistir da interposição de recursos, nos termos do artigo 4º, inciso XVIII da Lei Federal 10.520/2002, bem como apresentar a documentação exigida para habilitação na citada licitação.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

Nome, Cargo e Carimbo



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

**(PAPEL TIMBRADO)**

**ANEXO II**

**MODELO DA PROCURAÇÃO**

Ao

Sr(a). Pregoeiro e equipe de apoio  
Prefeitura Municipal de Vitória do Jari  
Passarela Jose Simeão de Souza, nº 4591 – Bairro: Prainha  
VITÓRIA DO JARI-AP, CEP: 68.924-000

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede na cidade de ....., sito a (rua, avenida), nº....., inscrita no CNPJ/MF sob n.º..... e Inscrição Estadual sob n.º....., representada neste ato por seu(s) (Sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º..... e CPF n.º....., nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º ..... e CPF n.º....., a quem confere (imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante a Prefeitura Municipal de Vitória do Jari, no que se referir ao PREGÃO PRESENCIAL (SRP) nº. 12/2019-CPLCSO/PMVJ, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar Declaração de Cumprimento dos requisitos de Habilitação e de enquadramento como “ME” ou “EPP”, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (A) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão e documentos, comprometer-se pela entrega da proposta reformulada após a sessão, conforme o caso, e prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

**A presente Procuração é válida até o dia ..... de .....de 2019.**

**Local e data.**

---

**Outorgante**



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

**(PAPEL TIMBRADO)**

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

À

Prefeitura Municipal de Vitória do Jari

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N° 12/2019-CPLCSO/PMVJ

Prezados Senhores,

Pela presente, declaramos, para efeito do cumprimento ao estabelecido no Inciso VII do artigo 4º da Lei Federal n.º 10.520 de 17.07.2002, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.  
LOCAL E DATA

\_\_\_\_\_  
Nome, Ass. e CNPJ  
ASSINATURA

**Obs: Este documento deverá ser emitido em papel timbrado.**



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

**ANEXO V**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (MODELOS)**

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) n° 12/2019-CPLCSO/PMVJ

**Ao**

**Pregoeiro e Equipe de Apoio**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI/AP**

**OBJETO:** Selecionar propostas para obtenção de REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL COLETIVA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI-AP E AGENCIA DISTRITAL DE JARILÂNDIA VITÓRIA DO JARI-AP do PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2019-CPLCSO/PMVJ e seus anexos.

**IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:**

<b>Nome Fantasia</b>							
<b>Razão Social</b>							
<b>CNPJ</b>		<b>Optante pelo SIMPLES</b>		(Sim / Não)			
<b>Endereço</b>							
<b>Bairro</b>		<b>Cidade</b>					
<b>CEP</b>		<b>E-mail</b>					
<b>Telefone</b>		<b>Fax</b>					
<b>Banco</b>		<b>Agência:</b>		<b>C/Corrente:</b>		<b>Cidade</b>	

Sr. Pregoeiro,

Seguindo os ditames editalícios, apresento a V.Sa. a nossa proposta de preços para o PREGÃO PRESENCIAL (SRP) n°. 12/2019-CPLCSO/PMVJ, conforme a seguir relacionados, discriminados de acordo com **Anexo IV** do Edital:

ITEM	Especificação do material	Unid.	Quant.	Marca	Vlr.Unit (R\$)	Vlr.Subtotal (R\$)
1						
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)</b>					<b>R\$ XXXXXXXX</b>	
<b>(XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)</b>						

1. Valor total da proposta: R\$ XXXXXXXX.XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).
2. Declaramos que a validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua entrega.



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

3. Declaramos expressamente que, no(s) preço(s) acima ofertado(s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e etc.
4. Prazo de entrega/conclusão dos serviços de acordo com o estabelecido no **Termo de Referência** do PREGÃO PRESENCIAL (SRP) nº. 12/2019-CPLCSO/PMVJ, contados do recebimento, pela **CONTRATADA**, da respectiva solicitação ou instrumento equivalente.
5. Informamos ainda que a conta bancária da empresa é no Banco \_\_\_\_\_, N° \_\_\_\_\_, Agência \_\_\_\_\_, e o nosso telefone para contato é \_\_\_\_\_, fax \_\_\_\_\_ e e-mail \_\_\_\_\_.
6. Caso o objeto licitado apresente problema de qualquer natureza que impeça a sua regular utilização enquanto estiverem, deverá ser substituído, sem custo adicional, **no prazo máximo estabelecido no Termo de Referência**, após a comunicação deste Órgão à vencedora/contratada.
7. Demais informações exigidas no edital e seus anexos: (indicar, quando for o caso)

Estamos de acordo com as demais condições do edital e seus anexos.

(local e data), XX de xxxxxxxx de 20XX.

---

**Assinatura do representante legal / carimbo da empresa**

**Obs: Este documento deverá ser emitido em papel que identifique a licitante**



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

**ANEXO VI**

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) n° 12/2019-CPLCSO/PMVJ

**D E C L A R A Ç Ã O**

Declaramos que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei n° 9.854/99).

Local e data

---

Assinatura e carimbo  
(representante legal)

Obs: Este documento deverá ser emitido em papel que identifique a licitante.



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA  
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 12/2019-  
CPLCSO/PMVJ**

TIMBRE DA EMPRESA

**AO**  
**PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI**  
**Ref.: PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 12/2019-CPLCSO/PMVJ**

Prezados Senhores,

Pela presente, declaramos, para os fins legais, ser Microempresa/Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente, não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, e, para efeito do cumprimento ao estabelecido no inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, sob as penalidades cabíveis, que cumpriremos plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

- ( ) – há regularidade fazendária.
- ( ) – não há regularidade fazendária.

VITÓRIA DO JARI (AP), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

**Nome do Licitante**



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

**ANEXO VIII**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**  
**PREGÃO PRESENCIAL SRP n.º 12/2019-CPLCSO/PMVJ**  
**PROCESSO n.º 3043/2017-PMVJ**

(UMA ATA PARA CADA FORNECEDOR)

**O MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI - AP**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Passarela José Semião de Souza, n.º 4591, bairro Prainha, Vitória do Jari - AP, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.720.553/0001-19, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **RAIMUNDO ALCIMAR NEY DE SOUSA**, brasileiro, solteiro, Prefeito Municipal, portador de identidade n.º XXXXXXXX SSP/AP, inscrito no CPF n.º XXXXXX, residente e domiciliado na Passarela José Simeão de Sousa n.º, Bairro: Prainha, Município de Vitória do Jari/AP, representado a Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXX - XXXXXXXX, o Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, Secretário de Municipal de XXXXXXXXXX, brasileiro, solteiro, portador do RG n.º XXXXXXXX-AP, CPF/MF n.º XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na Passarela XXXXXXXXXXXX, n.º XXXX, bairro XXXXXXXXXXXX, cidade de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Estado do Amapá, doravante denominada **ORGÃO GERENCIADOR** e do outro lado a empresa....., CNPJ n.º ....., Inscrição Estadual n.º ....., com sede à ....., , Conta n.º...., Banco ....., Ag. ...., adjudicatária do fornecimento abaixo indicado no **PROCESSO n.º 3043/2017-PMVJ - PREGÃO PRESENCIAL (SRP) n.º 12/2019-CPLCSO/PMVJ**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., CPF n.º ....., CI n.º....., residente à....., doravante denominada **DETENTOR DA ATA**, têm entre si, justo e avançado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento de materiais**, nos termos da Lei Federal n.º 10.520/2002, Decreto n.º 3.931/2001, Decreto n.º 5.450/2005, Decreto n.º 3.555/2000, Decreto n.º 4.342/2002, Decreto n.º 7.892/2013, com as alterações do Decreto n.º 8.250/2014, Decreto Municipal n.º 004/2015, LC n.º 123/2006, alterada pelas LC Nos. 128/2008, 147/2014, 155/2016 e Decreto 8.538/2015, Lei Municipal 261/2011 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n.º 8.666/1993, e alterações posteriores., observadas as condições estabelecidas no ato convocatório e as seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA: OBJETO:**

- 1.1 O objeto desta Ata é o registro dos preços da DETENTORA DA ATA para REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL COLETIVA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI-AP E AGENCIA DISTRITAL DE JARILÂNDIA VITÓRIA DO JARI-AP, conforme condições, quantidades e especificações constantes do Termo de Referência – e Edital de licitação do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2019-CPLCSO/PMVJ**.
- 1.2 Os preços do DETENTOR DA ATA, constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP, ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento.
- 1.3 A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmarem as contratações que deles poderão advir, ficando-lhes facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.
- 1.4 Fica o DETENTOR DA ATA obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas os acréscimos que se fizerem necessários nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

**CLAUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

2.1 O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, até XX de xxxxxxxx de 201X, cujo termo inicial será a contar do ATO HOMOLOGATÓRIO do certame, ocorrido em ...../...../..... seguido da data de sua publicação, permanecendo em vigor os mesmos preços e condições observados no PREGÃO PRESENCIAL (SRP) nº 12/2019-CPLCSO/PMVJ.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES:**

3.1 Integram o presente Registro de Preços a **Secretaria Municipal de Meio Ambiente** como ÓRGÃO GERENCIADOR. Respeitadas as disposições legais vigentes, poderão também integrar extraordinariamente, outras Prefeituras e Câmaras Municipais.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

4.1 O valor da presente Ata, correspondente ao objeto previsto na Cláusula Primeira, perfaz um valor total estimado de R\$ xxxxxxxxxxxx, conforme tabela abaixo:

ITEM	Especificação do material	Unid.	Quant.	Marca	Vlr.Unit (R\$)	Vlr.Subtotal (R\$)
1	Tábua 4m	DZ	100			
2	Ripão 4m	DZ	30			
3	Pernamanca 4m	DZ	40			
4	Chapa de madeira compensada de pinus, virola ou equivalente, de *2,2x1,6*m, E=10MM	M <sup>2</sup>	176			
5	Chapa de madeira compensada de pinus, virola ou equivalente, de *2,2x1,6*m, E=12MM	M <sup>3</sup>	176			
6	Madeira pinho serrada 3ª qualidade não aparelhada	M <sup>3</sup>	20			
7	Balde plástico 20L	UND	24			
8	Tinta de bisnaga 50ml	CX	85			
9	Broxa para pintura retangular	UND	60			
10	Cal para pintura 8kg	PCT	550			
11	Fita crepe 48mmx50 (branca)	UND	40			
12	Pincel 3pol	UND	28			
13	Pincel 2pol	UND	28			
14	Pincel 1pol	UND	28			
15	Solvente para tinta 900ml	UND	20			
16	Tinta a óleo 3,6	GALÃO	72			
17	Cola para cal	UND	300			
18	Tinta acrílica semi brilho cor branca 18L	LATÃO	26			
19	Lixa d'água em folha, grão 100	UND	100			
20	Selador acrílico paredes	LATÃO	30			
21	Tinta látex acrílica eco cor branca	LATÃO	10			
22	Tinta esmalte sintético premium acetinado.	GALÃO	30			



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

23	Solvente diluentes a base de aguarrás	LATÃO	20			
24	Massa acrílica	LATÃO	30			
25	Massa corrida PVA para paredes internas	LATÃO	30			
26	Argamassa colante AC I para cerâmicas	KG	1.000			
27	Argamassa colante AC II	KG	3.000			
28	Argamassa colante tipo AC III	KG	1.000			
29	Revestimento em cerâmica esmaltada extra, PEI menor ou igual a 3, formato menor ou igual a 20x25 cm <sup>2</sup>	M <sup>2</sup>	1.000			
30	Rejunte colorido, cimentício	KG	1.000			
31	Luva de PVC soldável, 25mm, para água fria predial	UND	20			
32	Luva de PVC soldável, 20mm, para água fria predial	UND	20			
33	Tubo PVC soldável, DN 20mm, água fria (NBR-5648)	UND	40			
34	Tubo PVC soldável, DN 25MM, água fria (NBR-5648)	UND	40			
35	União PVC soldável, 20mm, para água fria predial	UND	10			
36	União PVC soldável, 25mm, para água fria predial	UND	10			
37	Chuveiro plástico branco simples 5, acoplar em haste 1/2, água fria	UND	10			
38	Curva de PVC 90 graus, soldável, 20mm, para água fria	UND	10			
39	Curva de PVC 90 graus, soldável 25mm, para água fria predial (NBR5648)	UND	10			
40	Bacia sanitária (vaso) com caixa acoplada de louça branca	UND	5			
41	Bacia sanitária (vaso) convencional de louça branca	UND	5			
42	Caixa d'água em polietileno 1500l com tampa	UND	5			
43	Caixa de descarga de plástico externa, de *9*L, puxador fio nylon, com bolsa de engate	UND	10			
44	Caixa sifonada PVC, 100*100*50mm com grelha redonda branca	UND	10			
45	Ralo seco PVC cônico 100*40mm, com grelha redonda branca.	UND	10			
46	Torneira cromada de parede para cozinha sem arejador, padrão popular 1/2 ou 3/4	UND	10			



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

<b>47</b>	Interruptor simples 10 <sup>º</sup> , 250V, conjunto montado para embutir 4'x2' (placa + suporte + módulo)	UND	20			
<b>48</b>	Interruptor simples +2 interruptores paralelos 10 <sup>º</sup> , 250V, conjunto montado para embutir 4'x 2' (placa + suporte + módulos)	UND	20			
<b>49</b>	Interruptor simples 10A, 250V, conjunto montado para sobrepor 4'x4' (caixa + módulo)	UND	20			
<b>50</b>	Kit de proteção arstop para ar condicionado, tomada padrão 20P+T 20 <sup>º</sup> , com disjuntor unipolar DIN 20A.	UND	10			
<b>51</b>	Tomada 2P+T 10A, 250V, conjunto montado para embutir 4'x2' (placa + suporte + módulo)	UND	20			
<b>52</b>	Tomada 2P+T 10A, 250V, conjunto montado para sobrepor 4'x2' (caixa + módulo)	UND	20			
<b>53</b>	Tomada 2P+T 20A 250V, conjunto montado para embutir 4'X2' (placa + suporte + módulo)	UND	20			
<b>54</b>	Fita isolante adesiva antichamas, uso até 750V, em rolo de 19mmX20m	UND	20			
<b>55</b>	Cabo de alumínio NU com alma de aço, bitola 2/0 AWG	KG	50			
<b>56</b>	Cabo de cobre NU 25mm <sup>2</sup> meio duro	M	50			
<b>57</b>	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em PVC/A, antichama BWF-B, 1 condutor, 450/750V, seção nominal 2,5 mm <sup>2</sup>	M	1.000			
<b>58</b>	Cabo de cobre flexível classe 4 ou 5, isolamento em PVC/A, antichama BWF, 1 condutor, 450/750V, seção nominal 2,5 mm <sup>2</sup>	M	1.000			
<b>59</b>	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em PVC/A, antichama BWF-B, 1 condutor, 450/750V, seção nominal 4 mm <sup>2</sup> .	M	1.000			
<b>60</b>	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em PVC/A, antichama BWF-B, 1 condutor, 450/750V, seção nominal 6 mm <sup>2</sup> .	M	1.000			
<b>61</b>	Cabo de cobre, rígido, classe 2, isolamento em PVC/A, antichama BWF-B, 1 condutor,	M	1.000			



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

	450/750V, seção nominal 6 mm <sup>2</sup>					
62	Isolador de porcelana, tipo pino monocorpo, para tensão de 15KV	UND	20			
63	Lâmpada fluorescente compacta 3Ubranca 20W, base E27 (127/220V)	UND	50			
64	Disjuntor tipo nema, monopolar 10 até 30A tensão máxima de 240V	UND	15			
65	Disjuntor tipo nema, monopolar de 35A até 50A tensão máxima de 240V	UND	15			
66	Disjuntor tipo nema, monopolar de 60A até 70A tensão máxima de 415V	UND	10			
67	Disjuntor tipo nema, bipolar de 10A até 50A tensão máxima de 415V	UND	10			
68	Disjuntor tipo nema, bipolar de 60A até 100A tensão máxima de 415V	UND	10			
69	Disjuntor tipo nema, tripolar de 10A até 50A tensão máxima de 415V	UND	15			
70	Disjuntor tipo nema, tripolar de 60A até 100A tensão máxima de 415V	UND	10			
71	Abraçadeira de nylon para amarração de cabos, comprimento de 200 x 4,6 mm	UND	300			
72	Abraçadeira em aço para amarração de eletrodutos tipo D com 1/2 e cunha de fixação	UND	100			
73	Abraçadeira em aço para amarração de eletrodutos tipo D com 1 1/2 e cunha de fixação	UND	100			
74	Caixa de passagem em PVC de 4x2 para eletroduto flexível corrugado	UND	30			
75	Caixa de passagem em PVC de 4x4 para eletroduto flexível corrugado	UND	30			
76	Caixa octogonal de fundo móvelem PVC de 4x4 para eletroduto flexível corrugado	UND	30			
77	Curva de 180°, de PVC rígido roscavel de 1/2 para eletroduto	UND	10			
78	Curva de 180°, de PVC rígido roscavel de 3/4, para eletroduto	UND	10			
79	Curva de 90° curta de PVC rígido roscavel de 3/4 para eletroduto	UND	10			
80	Curva de 90°, curta de PVC, rígido roscavel de 1/2 para eletroduto.	UND	10			
81	Eletroduto de PVC rígido roscavel de 3/4 sem luva	UND	15			



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

82	Eletróduto de PVC rígido roscavel de 1/2 sem luva	UND	15			
83	Eletróduto PVC flexível corrugado reforçado cor laranja de 20mm, para lajes e pisos	M	200			
84	Eletróduto PVC flexível corrugado reforçado cor laranja de 25mm, para lajes e pisos	M	200			
85	Eletróduto PVC flexível corrugado reforçado cor laranja de 32mm, para lajes e pisos	M	200			
86	Luva em PVC rígido roscavel, de 1/2 para eletróduto	UND	10			
87	Luva em PVC rígido roscavel, de 3/4 para eletróduto	UND	10			
88	Haste de aterramento em aço com 3,00 m de comprimento de DN= 3/4, revestida com baixa camada de cobre, com conector tipo grampo.	UND	10			
89	Seixo rolado	M <sup>3</sup>	28			
90	Pedra britada nº 0 ou pedrisco (4,8 a 9,5 mm)	M <sup>3</sup>	14			
91	Pera britada nº 1 (9,5 a 19 mm)	M <sup>3</sup>	14			
92	Pedra britada nº 2 (19 a 38 mm)	M <sup>3</sup>	14			
93	Pedra britada nº 3 (38 a 50 mm)	M <sup>3</sup>	14			
94	Areia grossa	M <sup>3</sup>	50			
95	Areia média	M <sup>3</sup>	50			
96	Cimento Portland composto CP II - 32	KG	46.900			
97	Aço CA-60, 5,0mm, vergalhão	KG	12.000			
98	Aço CA-50, 6,3mm, vergalhão	KG	12.000			
99	Aço CA-50, 8mm, vergalhão	KG	12.000			
100	Aço CA-50, 10,0mm, vergalhão	KG	12.000			
101	Aço CA-50, 12,5mm, vergalhão	KG	12.000			
102	Aço CA-50, 16,0mm, vergalhão	KG	12.000			
103	Arame recozido 18BWG, 1,25mm (0,01 kg/m)	KG	50			
104	Arame galvanizado 18BWG. 1,2mm (0,009kg/m)	KG	20			
105	Prego aço polido com cabeça 12 x 12	KG	20			
106	Prego aço polido com cabeça 17 x 21 (2 x 11)	KG	20			
107	Prego aço polido com cabeça 19 x 33 (3x9)	KG	20			
108	Prego aço polido com cabeça 16 x 27 (2	KG	20			



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

	1/2 x 11)					
109	Prego aço polido com cabeça 17 x 27 ( 2 1/2 x 11)	KG	20			
110	Bloco estrutural cerâmico 14 x 19 x 39 cm, 6,0 MPA (NBR 15270)	UND	6.000			

**4.2** O pagamento será realizado até o 15º (décimo quinto) dia útil do fornecimento do objeto, após a emissão de Nota Fiscal devidamente atestada pelo funcionário responsável do ORGÃO GERENCIADOR, que deverá ser encaminhada ao Setor Financeiro da Prefeitura Municipal de Vitória do Jari, para emissão de empenho acompanhada das provas de regularidade com a Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS e com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede de domicílio da licitante e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da CNDT- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; para que seja efetuado o pagamento.

**4.3** Nenhum pagamento será efetuado ao licitante que vier a ser contratado que esteja em débito para com a Administração, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que eventualmente lhe tenha sido imposta como penalidade.

**4.4** Os preços contratados serão reajustados mediante a apresentação pela contratada de documento hábil que comprove a situação. A revisão do preço incidirá única e exclusivamente sobre o tipo de objeto reajustado, sendo feita através de apostilamento, nos termos do art.65 § 8º, da Lei nº 8.666/93.

**4.5** Sendo a BENEFICIÁRIA optante pelo SIMPLES, deverá apresentar declaração (de acordo Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11.01.12), junto com a nota fiscal de fornecimento dos produtos, de modo a que os tributos incidentes sobre os serviços sejam recolhidos naquela modalidade;

**4.6** Para efeito do disposto no tópico 4.5., a BENEFICIÁRIA deverá destacar no documento fiscal as alíquotas dos tributos e das contribuições, bem como os correspondentes valores, nos termos das respectivas legislações. Em caso de descumprimento desta determinação, a empresa sofrerá a retenção pelas alíquotas máximas previstas;

**4.7.** Na hipótese de ocorrer alteração em alguma das normas referenciadas no tópico 4.5., será aplicada a retenção correspondente prevista na legislação em vigor;

**4.8.** No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a BENEFICIÁRIA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela PMVJ/AP, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

**4.8.1** Sob pena de decair o direito, a BENEFICIÁRIA terá prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que receber o pagamento com atraso, para apresentar a nota fiscal de cobrança referente aos juros de mora, devendo apresentar junto com a nota fiscal de cobrança, a memória de cálculo correspondente ao valor cobrado.

**4.9.** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e serem submetidos à apreciação da Secretaria Municipal de Administração da PMVJ/AP, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:**

**5.1** A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado está prevista e indicada no processo pelas áreas competentes do Município de Vitória do Jari/AP, sob as rubricas, e as dotações correspondentes para 2019:

Ord.	UNIDADE	DISP. ORÇAMENTÁRIA	
		AÇÃO	NATUREZA
01	Secretaria de Meio Ambiente	18.541.0157.2-032	3.3.90.30.00.00
		18.541.0157.2-033	3.3.90.30.00.00
02	Secretaria Municipal de Infraestrutura	04.122.0319.2-026	3.3.90.30.00.00
		04.122.0319.2-027	3.3.90.30.00.00
		04.122.0505.2-025	3.3.90.30.00.00
		04.123.0319.2-024	3.3.90.30.00.00
03	Agência Distrital de Jarilândia	04.122.0052.2-099	3.3.90.30.00.00

**CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO:**

**6.1** Durante a validade do registro, o DETENTOR DA ATA poderá ser convidada pelos órgãos integrantes a firmar contratações de fornecimento do objeto licitado.

**6.2** A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura de termo de contrato ou pelo simples recebimento pelo fornecedor da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento emitida pelo órgão requisitante do objeto.

**6.3** A recusa em assinar o contrato ou em receber a Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento correspondente, implicará na inexecução total do compromisso assumido, sujeitando-se o contratado à aplicação das sanções previstas nesta Ata e no Edital do PREGÃO PRESENCIAL (SRP) nº. 12/2019-CPLCSO/PMVJ.

**6.4** Os compromissos contratuais firmados entre as empresas vencedoras e os órgãos integrantes do Registro de Preços serão: o Edital e seus anexos, a documentação apresentada pelo Licitante, a Ata de Registro de Preços, a Ordem de Fornecimento-OF e a Nota de Empenho emitida em favor do mesmo, independentemente de outras transcrições.

**CLAUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÃO DA ATA:**

**7.1** Esta Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na legislação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES:**



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

**8.1** – O prazo de execução e das condições de execução será conforme descrito no **Termo de Referência (Anexo IV) do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019-CPLCSO/PMVJ**, contados a partir da data de entrega da Ordem de Serviços ou documento equivalente;

**8.2** – Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções no fornecimento do objeto, fica a **CONTRATADA** obrigada, quando for o caso, a substituir objeto no prazo indicado no **Termo de Referência (Anexo IV) do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019-CPLCSO/PMVJ**, contados a partir da comunicação da recusa, sem ônus para a **CONTRATANTE**;

**CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES:**

**9.1** – Do **DETENTOR DA ATA**, além daquelas previstas no Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019-CPLCSO/PMVJ**:

**9.1.1** – Apresentar o preço do objeto registrado abrangendo todas as despesas: impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, já deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

**9.1.2** – Atender as convocações do **GERENCIADOR DA ATA**, cumprindo os prazos estipulados pela Administração em cada convocação, seja na hipótese de assinatura de aditivos decorrentes da prorrogação de seu prazo de vigência ou retirada de ordem de serviço dentro do prazo de vigência contratual.

**9.1.3** – Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **GERENCIADOR DA ATA**.

**9.1.4** – Responsabilizar-se, civil e administrativamente, sob as penas da lei, por quaisquer danos e ou prejuízos materiais ou pessoais que venha a causar e/ou causados pelos seus empregados ou prepostos ao **GERENCIADOR DA ATA**, incluindo todas as despesas diretas ou indiretas para o desempenho do objeto deste contrato.

**9.1.5** – Cumprir fielmente todas as disposições constantes na Licitação – **PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019-CPLCSO/PMVJ**, da qual este instrumento foi originado.

**9.1.6** – Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019-CPLCSO/PMVJ**.

**9.2** – Da **GERENCIADOR DA ATA**, além daquelas previstas no Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019-CPLCSO/PMVJ**:

**9.2.1** – Solicitar o objeto contratual mediante Autorização de Fornecimento - AF.

**9.2.2** – Responsabilizar-se pelo transporte do equipamento do local de entrega à cidade de instalação do mesmo.

**9.2.3** – Efetuar o pagamento ao **DETENTOR DE ATA** de acordo com o prazo e forma estabelecidos neste contrato.

**9.2.4** – Instituir como gestor do contrato o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, com a obrigação de coordenar, supervisionar, fiscalizar e avaliar a execução deste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:**



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

**10.1** Durante a vigência desta ata de registro de preço, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante da Secretara Municipal oriunda do Gerenciador da Ata, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

**10.2** Durante a vigência desta ata de registro de preço, a DETENTOR DA ATA deve manter preposto, aceito pela Administração do GERENCIADOR DA ATA, para representá-la sempre que for necessário.

**10.3** A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E PEÇAS:**

**10.1** Será exigida, no mínimo, a garantia oferecida pelo fabricante das peças e acessórios utilizados, contada a partir da data do recebimento, no que diz respeito a quaisquer vícios que venham a surgir quando do uso adequado do produto.

**a)** Os serviços executados deverão ser garantidos contra defeito de montagem e instalação pelo período de 90(noventa) dias, contados a partir da emissão da Nota Fiscal.

**b)** Os retornos de serviços que estiverem na garantia deverão ser solucionados em 02 (dois) dias úteis a partir do recebimento do veículo.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GERENCIAMENTO DA ATA:**

**12.1** O gerenciamento compreende o acompanhamento e a fiscalização da execução da Ata e será exercido pelos GERENCIADORES DA ATA.

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CANCELAMENTO DE REGISTRO:**

**13.1** O DETENTOR DA ATA terá seu registro cancelado pelo ORGÃO GERENCIADOR, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

**a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo máximo de 03 dias úteis, contados da comunicação efetivada pelo ORGÃO GERENCADOR, sem justificativa aceitável;

**c)** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àquele praticado no mercado; e

**d)** estiver presentes razões de interesse público.

**13.2** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente da CONTRATANTE.

**13.3.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

**CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - PENALIDADES ADMINISTRATIVAS:**

**14.1** São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**14.2** A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame; não mantiver a proposta; desistir da proposta, do lance ou da oferta; deixar de entregar documentação exigida para o certame; comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, poderá estar sujeita à pena de



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

suspensão de seu direito de licitar e contratar com o Município de Vitória do Jari, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, da Lei nº 10.520/02.

**14.2.1.** Além da penalidade prevista no subitem 14.2, também ensejará à licitante a cobrança por via administrativa ou judicial de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total de sua proposta.

**14.2.1.1** Na hipótese de Sistema de Registro de Preços, o cálculo da multa de até 10% (dez por cento) de que trata o subitem 14.2.1, levará em consideração o valor do item/lote proposto, multiplicado por sua quantidade total estimada no ato convocatório.

**14.3** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município de Vitória do Jari caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

**14.4** O atraso injustificado na execução contratual, ou na entrega de produtos, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei 8.666/93 e no artigo 7º da Lei 10.520/02, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades:

**a)** advertência, quando a Contratada descumprir qualquer obrigação contratual, ou quando forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha concorrido diretamente;

**b)** multa de até 0,5% do valor da fatura por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias;

**c)** multa de até 10% sobre o valor correspondente remanescente do contrato ou instrumento equivalente, para atraso superior a 10 (dez) dias, caracterizando inexecução parcial;

**d)** multa de até 20% do valor do contrato, para casos de inexecução total;

**e)** suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com este Contratante, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos casos de reincidência em inadimplementos apenados por 2 (duas) vezes no mesmo instrumento contratual ou ato jurídico análogo, bem como as faltas graves que impliquem a rescisão unilateral do contrato ou instrumento equivalente;

**f)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na prática de atos de natureza dolosa pela Contratada, dos quais decorram prejuízos ao interesse público de difícil reversão.

**14.4.1** As sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

**14.5** Não serão aplicadas as sanções quando o motivo da mora ou inexecução decorrer de força maior ou caso fortuito, desde que devidamente justificados, comprovados e aceitos pelo Contratante.

**14.5.1** Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito: atos de inimigo público, guerra, revolução, bloqueios, epidemias, fenômenos meteorológicos de vulto, perturbações civis, ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes.

**14.6** O pedido de prorrogação de prazo final dos serviços ou entrega de produto somente será apreciado e anuído pela Secretária Municipal requisitante, se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente.



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

**14.7** O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelo Contratante e/ou da garantia prestada pela empresa Contratada, quando por esta solicitado.

**14.7.1** O prazo para pagamento de multas será de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação da infratora.

**CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO:**

O Foro da Comarca de Vitória do Jari, Estado do Amapá é o competente para dirimir eventuais questões resultantes desta Ata ou de sua interpretação, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS:**

O ORGÃO GERENCIADOR cabe o direito de revogar esta Ata por interesse público, observando-se o disposto no *art. 49 da Lei nº 8.666/93* e nesta Ata. Se qualquer das partes relevarem alguma eventual falta relacionada com a execução desta Ata, tal fato não significa liberação ou desoneração a quaisquer delas, para o cometimento de outras. Integra esta Ata, o **PROCESSO nº 3043/2017-PMVJ** - Edital de **PREGÃO PRESENCIAL (SRP) nº 12/2019-CPLCSO/PMVJ** e a proposta do DETENTOR DA ATA para todos os fins de direito, independente de transcrição e seus anexos. Compete ao ORGÃO GERENCIADOR dirimir divergência, de qualquer natureza, entre os documentos integrantes desta Ata. E por estarem de perfeito acordo, firmam a presente Ata em 04 (quatro) vias, a qual lida e achada conforme, é assinada pelas partes na presença das testemunhas abaixo.

Vitória do Jari/AP, .... de .....de 2019.

ORGÃOS GERENCIADORES:

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

AGÊNCIA DISTRIAL DE JARILÂNDIA

PREFEITO MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI

DETENTOR DA ATA:

\_\_\_\_\_  
*[inserir razão social da empresa]*  
*[inserir representante legal da empresa]*  
**DETENTOR DA ATA**

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
CPF/MF n.º

\_\_\_\_\_  
CPF/MF n.º



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

**ANEXO IX**

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI/AP, E, DO OUTRO LADO A EMPRESA \_\_\_\_\_, DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR DESCRITAS:**

**O MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI-AP**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Passarela José Semião de Souza, nº 4591, bairro Prainha, Vitória do Jari - AP, inscrito no CNPJ sob o nº 00.720.553/0001-19, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **RAIMUNDO ALCIMAR NEY DE SOUSA**, brasileiro, solteiro, Prefeito Municipal, portador de identidade nºXXXXXXXXX SSP/AP, inscrito no CPF nº.XXXXXXX, residente e domiciliado na Passarela José Simeão de Sousa nº, Bairro: Prainha, Município de Vitória do Jari/AP, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no **CNPJ/MF** nº \_\_\_\_\_, neste ato, representada por \_\_\_\_\_, **brasileiro(a)**, estado civil, profissão, inscrito no **CPF/MF** sob o nº \_\_\_\_\_, portador da **Carteira de Identidade** nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam o presente **CONTRATO**, oriundo do **Processo Administrativo nº 3043/2017-PMVJ** referente ao **PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019-CPLCSO/PMVJ**, com fundamento na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em suas redações atuais, passando o Edital, Anexos e a Proposta da **CONTRATADA**, independentemente de suas transcrições, a fazerem parte integrante e complementar deste Instrumento, no que couber, que se regerá pelas Cláusulas e condições seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1.1 - O presente instrumento destina-se a contratação de empresa objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL COLETIVA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI-AP E AGENCIA DISTRITAL DE JARILÂNDIA VITÓRIA DO JARI-AP**, conforme condições e especificações constantes no Anexo IV – Termo de Referência do Edital, anexo aos autos, partes integrantes deste Contrato, independentemente de qualquer transcrição.

**Parágrafo Primeiro** – A contratação objeto deste Instrumento é celebrada com base no resultado, adjudicação e homologação do certame licitatório na modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019-CPLCSO/PMVJ, Processo Administrativo nº 3043/2017-PMVJ.**

**Parágrafo Segundo** – Integram e complementam este Termo de Contrato, no que não o contraria, o Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019-CPLCSO/PMVJ** e seus Anexos, a Proposta da **CONTRATADA** e demais documentos integrantes e constitutivos da licitação de que trata a cláusula anterior.

**CLAUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:**



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

**2.1** – A justificativa desta contratação reside na exposição de motivos consignada no Anexo IV – Termo de Referência do Edital de Licitação **PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2019-CPLCSO/PMVJ**.

**CLAUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL:**

**3.1** – Este contrato tem amparo legal na Licitação – **PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2019-CPLCSO/PMVJ**, – Processo n° **3043/2017-PMVJ**, homologada em \_\_\_/\_\_\_/20\_\_\_, publicada no \_\_\_\_\_ n° \_\_\_\_\_, edição de \_\_\_/\_\_\_/20\_\_\_.

**CLAUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**4.1** – As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

**Unidade:**

**Ação:**

**Natureza da Despesa:**

**CLAUSULA QUINTA – DO VALOR:**

**5.1** – O valor do contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), referente ao **ITEM** nos \_\_\_\_\_, resultante da Licitação – **PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2019-CPLCSO/PMVJ**, conforme detalhamento em Anexo Único a este instrumento.

**CLAUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO:**

**6.1** – O presente **Termo de Contrato** oriundo do presente certame terá vigência conforme indicado no Termo de referência (**Anexo IV**) deste Edital, admitindo-se a sua prorrogação, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei Federal n° 8.666/93 e sua atual redação.

**Parágrafo Primeiro** – Os aditamentos provenientes deste Contrato somente poderão ser efetuados, observando-se as disposições legais do art. 65, da Lei Federal 8.666/93, suas alterações.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES:**

**7.1** – O prazo de execução e das condições de execução será conforme descrito no **Termo de Referência (Anexo IV)** do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2019-CPLCSO/PMVJ**, contados a partir da data de entrega da Autorização de Compra ou documento equivalente;

**7.2** – Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções no fornecimento do objeto, fica a **CONTRATADA** obrigada, quando for o caso, a substituir objeto no prazo indicado no **Termo de Referência (Anexo IV)** do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2019-CPLCSO/PMVJ**, contados a partir da comunicação da recusa, sem ônus para a **CONTRATANTE**;

**CLAUSULA OITAVA – DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA E DO PAGAMENTO**

**8.1** – Entregue o objeto deste contrato, o pagamento ocorrerá conforme indicado no Edital do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2019-CPLCSO/PMVJ**, parte integrante do presente instrumento, independentemente de sua transcrição.



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

**Parágrafo Primeiro** – O **CONTRATANTE** reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os itens fornecidos não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita.

**Parágrafo Segundo** – O **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA** nos termos deste contrato.

**Parágrafo Terceiro** – Nenhum pagamento será efetuado a **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, atualização monetária ou outra penalidade ao **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Quarto** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo **CONTRATANTE**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira

**Parágrafo Quinto** – A compensação financeira prevista nesta condição será incluída na nota fiscal/fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

#### **CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES:**

**9.1 – Da Contratada**, além daquelas previstas no Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019-CPLCSO/PMVJ**:

**9.1.1** – Apresentar o preço do objeto contratual abrangendo todas as despesas: impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, já deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

**9.1.2** – Atender as convocações da **CONTRATANTE**, cumprindo os prazos estipulados pela Administração em cada convocação, seja na hipótese de assinatura de aditivos decorrentes da prorrogação de seu prazo de vigência ou retirada de ordem de serviço dentro do prazo de vigência contratual.

**9.1.3** – Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela **CONTRATANTE**.

**9.1.4** – Responsabilizar-se, civil e administrativamente, sob as penas da lei, por quaisquer danos e ou prejuízos materiais ou pessoais que venha a causar e/ou causados pelos seus empregados ou prepostos à **CONTRATANTE**, incluindo todas as despesas diretas ou indiretas para o desempenho do objeto deste contrato.

**9.1.5** – Cumprir fielmente todas as disposições constantes na Licitação – **PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019-CPLCSO/PMVJ**, da qual este instrumento foi originado.



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

**9.1.6** – Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019-CPLCSO/PMVJ**.

**9.2** – Da **Contratante**, além daquelas previstas no Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019-CPLCSO/PMVJ**:

**9.2.1** – Solicitar o objeto contratual mediante Ordem de Compra/Serviço.

**9.2.2** – Responsabilizar-se pelo transporte do equipamento do local de entrega à cidade de instalação do mesmo.

**9.2.3** – Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** de acordo com o prazo e forma estabelecidos neste contrato.

**9.2.4** – Instituir como gestor do contrato o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, com a obrigação de coordenar, supervisionar, fiscalizar e avaliar a execução deste instrumento.

**CLAUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:**

**10.1** – Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, em sua redação atual, desde que haja interesse da Administração do **CONTRATANTE**, com a apresentação das devidas justificativas, adequadas ao Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019-CPLCSO/PMVJ**.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACRESCIMO OU SUPRESSÃO:**

**11.1** – No interesse da Administração do **CONTRATANTE**, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)**, conforme disposto no art. 65, parágrafo 1º e 2º da Lei 8.666/93.

**Parágrafo Primeiro** – A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor ora contratado;

**Parágrafo Segundo** – Nenhum acréscimo ou supressões poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES:**

**12.1** São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**12.2** A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame; não mantiver a proposta; desistir da proposta, do lance ou da oferta; deixar de entregar documentação exigida para o certame; comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, poderá estar sujeita à pena de suspensão de seu direito de licitar e contratar com o Município de Vitória do Jari, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, da Lei nº 10.520/02.

**12.2.1** Além da penalidade prevista no subitem 14.2, também ensejará à licitante a cobrança por via administrativa ou judicial de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total de sua proposta.

**12.2.2** Na hipótese de Sistema de Registro de Preços, o cálculo da multa de até 10% (dez por cento) de que trata o subitem 14.2.1, levará em consideração o valor do item/lote proposto, multiplicado por sua quantidade total estimada no ato convocatório.



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

**12.3** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município de Vitória do Jari caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

**12.4** O atraso injustificado na execução contratual, ou na entrega de produtos, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei 8.666/93 e no artigo 7º da Lei 10.520/02, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades:

**g)** advertência, quando a Contratada descumprir qualquer obrigação contratual, ou quando forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha concorrido diretamente;

**h)** multa de até 0,5% do valor da fatura por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias;

**i)** multa de até 10% sobre o valor correspondente remanescente do contrato ou instrumento equivalente, para atraso superior a 10 (dez) dias, caracterizando inexecução parcial;

**j)** multa de até 20% do valor do contrato, para casos de inexecução total;

**k)** suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com este Contratante, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos casos de reincidência em inadimplementos apenados por 2 (duas) vezes no mesmo instrumento contratual ou ato jurídico análogo, bem como as faltas graves que impliquem a rescisão unilateral do contrato ou instrumento equivalente;

**l)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na prática de atos de natureza dolosa pela Contratada, dos quais decorram prejuízos ao interesse público de difícil reversão.

**12.4.1** As sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

**12.5** Não serão aplicadas as sanções quando o motivo da mora ou inexecução decorrer de força maior ou caso fortuito, desde que devidamente justificados, comprovados e aceitos pelo Contratante.

**12.5.1** Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito: atos de inimigo público, guerra, revolução, bloqueios, epidemias, fenômenos meteorológicos de vulto, perturbações civis, ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes.

**12.6** O pedido de prorrogação de prazo final dos serviços ou entrega de produto somente será apreciado e anuído pela Secretaria Municipal requisitante, se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente.

**12.7** O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelo Contratante e/ou da garantia prestada pela empresa Contratada, quando por esta solicitado.

**12.7.1** O prazo para pagamento de multas será de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação da infratora.

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO:**

**13.1** – Constituem motivo para rescisão do contrato, além dos previstos no Edital e Termo de Referência do Pregão Presencial nº. 12/2019-CPLCSO/PMVJ:

**a)** O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, no que couber, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, em sua redação atual;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m) A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta Lei;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- p) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93, em sua redação atual, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**Parágrafo Primeiro** – A rescisão do contrato poderá ser:



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no **subitem**

**16** do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019-CPLCSO/PMVJ**;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicial, nos termos da legislação;

**Parágrafo Segundo** – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**Parágrafo Terceiro** – Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I - devolução de garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização.

**Parágrafo Quarto** – Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

**Parágrafo Quinto** – Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**Parágrafo Sexto** – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**Parágrafo Sétimo** – As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **Parágrafo Quinto**, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**Parágrafo Oitavo** – A sanção estabelecida no inciso IV do **Parágrafo Quinto** é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

#### **CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL:**

**14.1** – Este contrato fica vinculado ao Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019-CPLCSO/PMVJ** e anexos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO NOME DA CONTRATADA.**



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

**15.1** – A **CONTRATADA** não poderá, salvo em *curriculum vitae*, utilizar o nome da **CONTRATANTE** ou sua qualidade de **CONTRATADA** em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão do presente contrato.

**Parágrafo Único** – A **CONTRATADA** não poderá, também, pronunciar-se em nome da **CONTRATANTE** à imprensa em geral, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como à sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR:**

**16.1** – Tal como prescrito na lei, a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo inter partes.

**Parágrafo Primeiro** – A Administração da **CONTRATANTE** analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

**Parágrafo Segundo** – Para os casos previstos no *caput* desta cláusula, a **CONTRATANTE** poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

**Parágrafo Terceiro** – Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nesta Cláusula.

**Parágrafo Quarto** – As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do **CONTRATANTE**, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

**Parágrafo Quinto** – Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a **CONTRATADA** a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da firma.

**Parágrafo Sexto** – Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**17.1** – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, de acordo com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nas redações atuais, e demais regulamentos e normas aplicáveis, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO:**



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

**18.1** – O extrato do presente contrato será publicado no **DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI E/OU NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO E/OU DO ESTADO**, dependendo a origem dos Recursos, em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO:**

**19.1** – Fica eleito o Foro da **Comarca de Vitória do Jari/AP**, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em **03 (três)** vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Vitória do Jari-AP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

1) \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

**ANEXO X**

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

**CONFORME ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 16 DE SETEMBRO DE 2009, DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.**

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXX, bairro XXXXXXXXXXXXXXXX, cidade XXXXXXXXXXXX/XX neste ato representada por sua proprietária a Sra. XXXXXXXXXXXXXXXX, (nacionalidade), (estado civil), (profissão) portador da Carteira de Identidade nº RG: XXXXXX-POLITEC/AP, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na cidade XXXXXXXXXXXXXXXX/XX doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital da presente Licitação, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

XXXXXXXXXX-XX, XX de XXXXXX de 2019.

---

**(RAZÃO SOCIAL)**  
**(CNPJ:)**



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

**ANEXO XI**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR**

Ao

Sr(a). Pregoeiro e equipe de apoio  
Prefeitura Municipal de Vitória do Jari  
Passarela Jose Simeão de Souza, nº 4591 – Bairro: Prainha  
VITÓRIA DO JARI-AP, CEP: 68.924-000

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 12/2019-CPLCSO/PMVJ

\_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_,  
(Nome da Empresa)  
Sediada \_\_\_\_\_  
(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

XXXXXXXXXX-XX, XX de XXXXXX de 2019.

\_\_\_\_\_  
**(RAZÃO SOCIAL)**  
**(CNPJ:)**



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS,**  
**SERVIÇOS E OBRAS**

ANEXO XII

**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019-CPLCSO/PMVJ**

<b>RAZÃO SOCIAL:</b>	
<b>CNPJ:</b>	<b>INSCRIÇÃO ESTADUAL:</b>
<b>ENDEREÇO:</b>	
<b>BAIRRO:</b>	<b>CEP:</b>
<b>CIDADE:</b>	<b>ESTADO:</b>
<b>TELEFONE (COM DDD):</b>	<b>FAX (se houver):</b>
<b>E-MAIL:</b>	
<b>NOME DO REPRESENTANTE:</b>	<b>DATA:</b>
<b>ASSINATURA:</b>	

Senhor Licitante,

Visando uma comunicação futura entre a Prefeitura Municipal de Vitória do Jari, Estado do Amapá, e as empresas licitantes, solicitamos aos interessados o preenchimento do recibo de retirada do edital, remetendo ao(a) Pregoeiro(a) através do e-mail: [cpl.pmvj@gmail.com](mailto:cpl.pmvj@gmail.com).

O não encaminhamento do recibo de retirada exime o(a) Pregoeiro(a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações concernentes a Licitação.